

**PETIÇÃO Nº 12.831 - MT (2019/0200807-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**REQUERENTE** : EDILSON VICENSI E OUTROS  
**ADVOGADO** : LAURO SULEK - MT003403  
**ADVOGADOS** : SUZANA CRISTINA BARBOSA SAID - DF028678  
NATACHA GABRIELLE DIAS DE CARVALHO - MT016295  
ANGELICA LUCI SCHULLER - MT016791O  
**REQUERIDO** : AGROPECUÁRIA SANTO ESTEVÃO S/A  
**ADVOGADO** : PAULO ROBERTO TAVARES DE SENA - MT006432B

**DECISÃO**

Cuida-se de Petição objetivando a concessão de efeito suspensivo a Recurso Especial.

O Tribunal de origem deferiu a reintegração de posse de área onde residem centenas de famílias, posto de saúde e escola onde estudam mais de duzentas crianças.

Cita-se trecho do aresto vergastado:

Apelações interpostas por Edilson Vicensi e outros, e Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

[...] Com efeito, a autora Agropecuária Santo Estevão S.A. ajuizou Ação de Reintegração de Posse de uma área de 36.444,89 hectares, na qual sustentou ter a posse mansa, pacífica, ininterrupta e sem qualquer oposição, por meio da construção de benfeitorias (casas, curral, grupo gerador, pastagem, cercas, etc), até o esbulho praticado pelos requeridos em 11.09.1999.

Após longo trâmite processual, foi proferida sentença de improcedência, ao entender que houve omissão e abandono da área pela autora, situação que provocou, inclusive, a devastação ambiental de todo o imóvel pelos requeridos.

[...] Não se olvida de que se trata de extensa área de terras. Contudo, em sua inicial, a parte autora demonstrou de modo eficiente não apenas a condição de proprietário, mas também, o efetivo exercício da posse visualizadora do domínio.

Quanto a prova da posse, de relevo os recibos de pagamento de salários de empregados - ao menos em número de 10 pessoas em diversas funções (gerente, secretária, cozinheira, vigilantes, vaqueiro e cerqueiro) -, bem como pagamento de serviços com realização de cercas e pastos, hora máquina e roçada de pasto (fls. 89/167), tudo antes da ocupação por parte dos requeridos.

[...] Veja-se, assim, quer pelos documentos acostados pela parte autora, quer pela prova testemunhal, ou ainda, em especial, pelo laudo técnico, a prova da posse restou demonstrada.

Realmente, a prova da posse é contundente se observar que

havia empregados trabalhando no imóvel ao menos até o ano de 2000, quando foram expulsos pelos invasores.

Afirmam os peticionantes que o cumprimento provisório do acórdão recorrido viola o seu direito à moradia e o exercício legal da posse, ocasionado danos irreversíveis.

Ponderam que o acórdão dos Embargos de Declaração não se limitou a suprir omissão, contradição ou obscuridade, vindo a reexaminar questão decidida para reformar a sentença, violando os arts. 494, 1.022 e 505 do CPC.

Foi deferida liminar por este subscritor (fls. 731-733).

Na sequência, em Petição às fls. 735-736, a Agropecuária Santo Estevão S/A, ora requerida, informou que o Tribunal *a quo* inadmitiu o Recurso Especial interposto pelo ora Requerente, “o que também ocorreu com os demais recursos interpostos por outros Réus e, também, pela Defensoria Pública (cópias anexas)” (fl. 735), razão pela qual, “uma vez inadmitido o REsp. resta afastado o requisito essencial da probabilidade de êxito do recurso, sem o qual não há espaço para atribuir efeito suspensivo ao que a recurso que, em tese, não será julgado por este E. STJ” (fl. 736).

Por sua vez, os ora requerentes, em Petição de fls. 763/765, afirmaram “que já foi interposto Agravo de Instrumento com pedido de tutela antecipada em forma de liminar requerendo seja atribuído ao agravo o efeito suspensivo ativo nos termos do artigo 1.019, inciso I do Código de Processo Civil cuja copia segue cópia em anexo sendo o Douto Ministro Prevento para análise do referido Agravo” (fl. 764).

Parecer do MPF às fls. 12.831:

TUTELA PROVISÓRIA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ÁREA OCUPADA POR CENTENAS DE FAMÍLIAS. EXISTÊNCIA DE PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO PROMOVIDO PELO INCRA APTO A OBSTAR O CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA DE REINTEGRAÇÃO. PROBABILIDADE DE ÊXITO CONFIGURADA. PERIGO DE DANO PORQUANTO A REINTEGRAÇÃO PODERÁ AFETAR A CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO LOCAL (SAÚDE E EDUCAÇÃO). RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM. IRRELEVÂNCIA. AGRAVO VISANDO O DESTRANCAMENTO JÁ INTERPOSTO. PARECER NO SENTIDO DA PROCEDÊNCIA DA MEDIDA CAUTELAR, COM A CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL.

**É o relatório.**

**Decide-se.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 25.11.2019.

Deveras, o Superior Tribunal de Justiça é zeloso pela efetividade das decisões judiciais, sempre primando pelo alcance da justiça real no caso concreto.

Por isso, verifica-se que o cumprimento imediato da decisão *a quo* ocasionará a perda da posse de centenas de famílias - mantida há mais de duas décadas -, tendo sido apontado pelo Juízo de primeira instância que o recorrido não cumpriu a função social da propriedade.

Assim, não se trata de apenas duas partes litigando acerca de uma área, mas de conflito possessório coletivo, em área onde centenas de famílias se instalaram e existe escola pública, posto de saúde, oficina pública, igrejas, comércios. Toda uma comunidade que será removida após vários anos de ocupação mansa e pacífica.

Portanto, consoante registro nos autos, há edificações públicas na área e **"a Escola sem os filhos dos posseiros não terá mais razão de ser, o Posto de Saúde também", ocasionando grave problema social no Município de Santa Terezinha.**

Depoimentos dão conta de que as famílias que se encontram na área retiram sustento das plantações e de agronegócios desenvolvidos nas terras.

Anote-se que há registros de que a Câmara de vereadores local realizou audiência pública para averiguar as consequências sociais da reintegração de posse, e de que a área em questão é de ex-senador que esteve investigado em fraudes em obras públicas, tendo o bem se tornado indisponível por decisão prolatada nos autos da Ação Civil Pública 98.36590-7, manejada pelo MPF, estando em trâmite o Processo Administrativo 54240.002137/2015-90, para desapropriação do imóvel rural.

Ademais, o Incra demonstrou interesse na área, ora tramitando o Processo de Adjudicação 54000.185676/2018-21, também referente à área em litígio, conforme o rito da Portaria AGU 514/2011.

O próprio aresto vergastado titubeia na concessão da medida, mostrando-se temeroso quanto às repercussões sociais:

[...] PEDIDO DE ESCLARECIMENTO EXMO. SR. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO (2º VOGAL) Busco justamente esse esclarecimento.

A reintegração vai ser integral?

[...] ESCLARECIMENTO EXMO. SR. DES. GUIOMAR TEODORO BORGES (RELATOR) Com relação a escola funcionando, bem como o posto de saúde, mantenho meu ponto de vista. O juiz deve ponderar isso no cumprimento do mandado.

Não sei qual a realidade e não quero antecipar juízo. Há informação segura da existência de uma escola em que estudam duzentas de crianças.

Logo, o juiz deve considerar isso no cumprimento da reintegração, sobretudo quanto a escola e seus alunos, fico com esse foco.

A notificação para o INCRA, e noventa dias após para cumprimento do mandado. Não quero que publicando hoje a decisão deste

julgamento, amanhã se extrai uma carta de sentença para amanhã ou depois derrubar a escola, etc.

Quero essa cautela, no meu voto permanece o prazo de noventa dias após a notificação do INCRA.

[...] EXMO. SR. DES. GUIOMAR TEODORO BORGES  
(RELATOR)

Merece destaque a análise futura das teses dos peticionantes de que **o processo de desapropriação promovido pelo Incra obsta o cumprimento provisório de sentença e de que a medida privará suas famílias de serviços públicos essenciais (saúde e educação).**

Ademais a medida de reintegração tem previsão para ser cumprida noventa dias após a notificação do Incra. Com isso, a carta de sentença poderá afetar a continuidade do serviço público de ensino e saúde (posto de saúde e escola pública), admitindo a Corte local que a execução provisória da decisão recorrida pode conduzir a ter-se que "derrubar (sic) a escola".

Dessa forma, preenchidos os requisitos para a concessão da tutela pretendida, razão não há para que não se permita aos requerentes a permanência no local enquanto não for julgado definitivamente o Recurso Especial já interposto perante o Tribunal *a quo*, tendo em vista a clara possibilidade de ofensa ao princípio da dignidade humana.

Por fim, saliente-se que embora tenham sido inadmitidos os Recursos Especiais interpostos pelos ora requerentes, há nos autos notícia de que já foram interpostos Agravos visando ao destrancamento dos referidos recursos, pelo que, ao menos *a priori*, permanece íntegra a possibilidade de êxito recursal quando julgado pelo STJ.

Pelo exposto, **defere-se o Pedido de efeito suspensivo ao Recurso Especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator